

☐ REQUERIMENTO Número /XII (.ª)

☐ PERGUNTA Número /XII (.ª)

Assunto: Aterro em Barcelos (Empreendimento Lidl)

Destinatário: Ministério do Ambiente

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Encontram-se em curso obras de construção de um aterro em Vila Frescainha, concelho de Barcelos, cujo processo na Câmara Municipal de Barcelos tem as referências GU 34315 e GU 41915, e que se destinam à implantação de uma nova grande superfície comercial.

Conforme foi exposto na Pergunta Parlamentar n.º 369/XIII/1.ª, dirigida ao Governo pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda em 19.01.2016, a mobilização de terras e a construção de muros de sustentação decorrem em zona que se presume tenha características de leito de cheia.

Na resposta que o Ministério do Ambiente deu à referida pergunta, com data de 24.02.2016, foi informado que a Agência Portuguesa do Ambiente, através da Administração da Região Hidrográfica do Norte, se encontrava “a averiguar a situação, tendo em vista avaliar a afetação de áreas sob a sua jurisdição”, pretendendo “atuar em conformidade”.

Quase dois meses após a mencionada informação, foi constatado no local que a obra continua a decorrer a ritmo acelerado, não havendo até ao momento qualquer notícia de intervenção da ARH do Norte, mantendo-se natural apreensão sobre as consequências da consolidação do aterro, implantação de novas construções e aumento da área impermeabilizada numa zona onde já ocorrem com frequência episódios de cheia.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Ambiente, as seguintes perguntas:

1. A APA, através da ARH Norte, já procedeu à avaliação da situação anteriormente descrita?
2. É possível, relativamente ao referido aterro em Barcelos, concluir sobre a afetação do domínio hídrico e de áreas inundáveis?
3. O Governo pode garantir que o processo de licenciamento observa todo o quadro legal que, de algum modo, se relaciona com a obra?
4. Que diligências prevê o Governo desencadear de modo a que o risco de inundações não se agrave?

Palácio de São Bento, 15 de abril de 2016.

O deputado

Pedro Soares